
**GOVERNO DO ESTADO
DE RONDONIA**

**AUDIÊNCIA PÚBLICA
1º QUADRIMESTRE 2011**



AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais 1º Quadrimestre de 2011

1. INTRODUÇÃO

Esta apresentação objetiva demonstrar o desempenho da execução orçamentária e financeira do 1º quadrimestre de 2011, assim como avaliar o cumprimento das metas fiscais previamente estabelecidas para o Estado de Rondônia. Os números são originários dos Relatórios Bimestrais e Quadrimestrais, publicados no Diário Oficial do Estado, em cumprimento ao disposto no § 4º, art 9º da Lei Complementar nº. 101/2000.

2. RECEITAS

2.1. Receitas Totais

O balanço orçamentário da receita demonstra as receitas previstas, em confronto com as realizadas, conforme art. 102, da Lei 4.320/64. No caso específico, a previsão inicial da receita é aquela destacada na LOA-2010 e posteriormente recebeu alimentação automática via SIAFEM, na medida em que os ingressos arrecadados eram efetivados.

No caso sob exame, considerando todas as fontes de recursos, a Receita Total realizada até o 1º quadrimestre de 2011 foi de R\$ 1.736.587.655,72, o que corresponde a 32,22% do total previsto, conforme demonstrado a seguir:



Balço Orçamentário da Receita						R\$ 1,00
Receitas	Previsão Atualizada 2011	Realizado - Janeiro a Abril				
		2011	% Realiz.	2010	% Var.	
Receitas Correntes	5.146.588.698,44	1.694.059.687,91	32,92	1.299.770.998,04	30,34	
Receita Tributária	2.609.548.922,79	865.686.109,24	33,17	683.404.285,59	26,67	
Receita de Contribuições	157.306.776,00	46.544.449,98	29,59	23.226.039,42	100,40	
Receita Patrimonial	81.022.320,00	30.657.802,38	37,84	22.486.348,29	36,34	
Receita Agropecuária						
Receita Industrial						
Receita de Serviços	124.353.842,00	41.853.158,58	33,66	33.048.557,01	26,64	
Transferências Correntes	2.513.113.337,65	835.644.792,83	33,25	633.199.243,31	31,97	
Outras Receitas Correntes	199.750.500,00	62.506.845,12	31,29	56.782.572,55	10,08	
Conta Retificadora da Receita Orçamentária	(638.410.000,00)	(235.553.724,91)	36,90	(179.639.993,71)	31,13	
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	99.903.000,00	46.720.254,69	46,77	27.263.945,58	71,36	
Receitas de Capital	243.273.556,00	42.527.967,81	17,48	135.232.462,48	(68,55)	
Operações de Crédito	172.774.556,00	40.600.000,00	23,50	112.624.000,00		
Operações de Crédito Internas	172.774.556,00	40.600.000,00	23,50	112.624.000,00		
Operações de Crédito Externas						
Alienação de Bens	-	150.300,00				
Amortização de Empréstimos	33.000,00	1.788,00	5,42	12.474,58	(85,67)	
Transferências de Capital	70.466.000,00	1.775.879,81	2,52	22.595.987,90	(92,14)	
Outras Receitas de Capital	-	-				
TOTAL	5.389.862.254,44	1.736.587.655,72	32,22	1.435.003.460,52	21,02	

Fonte: GECON/CGE - SIAFEM/RO

Observando o desempenho por categoria econômica, verificamos que as Receitas Correntes correspondem a 32,92% de realização e as Receitas de Capital, 17,48% da previsão atualizada para 2011.

2.1.1. Receitas Correntes

As Receitas Correntes decorrem dos recursos arrecadados pelo Estado através de impostos, taxas e transferências constitucionais e legais. Foram arrecadados nesta categoria R\$ 1.694.059.687,91 representando uma realização de 32,92% das receitas correntes previstas e uma variação positiva de 30,34% em relação ao ano de 2010.

Entre as Receitas Correntes, destacam-se as Tributárias, que apresentaram realização de 33,17% e cuja composição demonstra-se a seguir:



Receita Tributária						R\$ 1,00
Receitas	Previsão atualizada 2011	Realizado - Janeiro a Abril				
		2011	% Realiz.	2010	% Var.	
Receita Tributária	2.609.548.922,79	865.686.109,24	33,17	683.404.285,59	26,67	
ICMS	2.281.762.000,00	765.779.535,27	33,56	590.800.329,85	29,62	
IPVA	121.873.000,00	34.757.938,71	28,52	30.387.831,73	14,38	
ITCD	5.670.000,00	1.693.179,76	29,86	1.352.190,50	25,22	
IRRF	100.348.000,00	46.312.208,30	46,15	25.027.069,51	85,05	
Taxas	99.895.922,79	17.143.247,20	17,16	35.836.864,00	(52,16)	
TPS - Taxas sobre Prest. de Serviços	93.742.000,00	15.161.775,07	16,17	34.019.102,81	(55,43)	
TPP - Taxas do Poder de Polícia	6.153.922,79	1.981.472,13	32,20	1.817.761,19	9,01	

Fonte: GECON/CGE - SIAFEM/RO

O ICMS, principal imposto sobre vendas do Brasil instituído pela reforma tributária de 1988, considerado o maior componente das receitas tributárias teve realização de 33,56%, sobre a previsão atualizada para 2011, representando um montante de R\$ 765.779.535,27. Este valor proporcionou um crescimento nominal de 29,62% em comparação com o ano anterior.

Quanto ao IPVA, os números apontam para R\$ 34.757.938,71 realizados no 1º quadrimestre de 2011, representando 28,52% sobre a previsão atualizada e variação positiva de 14,38% em relação ao mesmo período de 2010.

O segundo maior componente do conjunto de receitas tributárias é representado pelo Imposto de Renda, previsto para 2011 na ordem de R\$ 100.348.000,00; ao final do período os registros no SIAFEM apontam para o montante de R\$ 46.312.208,30, representando uma variação positiva de 85,05% em comparação ao ano anterior.

Outro item das Receitas Correntes deve ser atribuído às Transferências Correntes, que apresentaram no 1º quadrimestre em relação ao mesmo período do ano anterior, uma variação nominal positiva de 31,97%, conforme demonstrativo:



Transferências Correntes						R\$ 1,00
Receitas	Previsão atualizada 2011	Realizado - Janeiro a Abril				
		2011	% Realiz.	2010	% Var.	
Transferências Correntes	2.513.113.337,65	835.644.792,83	33,25	633.199.243,31	31,97	
FPE	1.766.108.000,00	570.321.339,57	32,29	429.357.868,80	32,83	
IPI	9.294.000,00	2.440.202,28	26,26	2.071.499,34	17,80	
Cota-Parte da CIDE	26.372.000,00	13.626.461,13	51,67	12.568.892,19	8,41	
Cota Parte do Imp. S/Oper. Créd. Camb	143.000,00	113.046,06	79,05	35.873,41	215,12	
Compensação Lei Kandir	3.647.000,00	1.215.776,24	33,34	1.215.776,24	-	
Comp. Financ. De Recursos Minerais	10.304.000,00	2.121.004,22	20,58	2.076.884,57	2,12	
Recursos do SUS	128.399.000,00	33.356.468,31	25,98	27.851.592,65	19,77	
Recursos do FNAS	263.000,00	216.064,00	82,15	45.000,00	380,14	
Recursos do FNDE	44.005.474,61	12.147.866,11	27,61	8.788.927,76	38,22	
Transferências FUNDEB	484.210.000,00	175.022.652,44	36,15	137.334.149,10	27,44	
Outras Transferências e Convênios	40.367.863,04	25.063.912,47	62,09	11.852.779,25	111,46	

Fonte: GECON/CGE - SIAFEM/RO

No cômputo geral, as Transferências Correntes apresentaram realização de 33,25%, totalizando o montante de R\$ 835.644.792,83. O Fundo de Participação dos Estados - FPE contribuiu com R\$ 570.321.339,57, tendo, seu percentual de realização, atingido o patamar de 32,29%, apresentando um crescimento de 32,83% em comparação com o 1º quadrimestre do ano anterior.

As “Transferências FUNDEB”, que apresentam valor contabilizado de R\$ 175.022.652,44 e representa o segundo grupo mais significativo das Transferências Correntes. Refere-se, basicamente, ao retorno para aplicação no ensino fundamental. Tal receita, no 1º quadrimestre de 2011, atingiu 36,15% de índice de realização. Em relação ao mesmo período de 2010, observamos crescimento nominal de 27,44%.

2.1.2. Receitas de Capital

As Receitas de Capital, cujo percentual de realização atingiu, apenas 17,48% da receita prevista, não dependem da ação fiscal do Estado. Trata-se, quase na sua totalidade, de valores provenientes de Transferências da União.

Vejamos a seguir:



Receitas de Capital						R\$ 1,00
Receitas	Previsão Atualizada 2011	Realizado - Janeiro a Abril				
		2011	% Realiz.	2010	% Var.	
Receitas de Capital	243.273.556,00	42.527.967,81	17,48	135.232.462,48	(68,55)	
Operações de Crédito	172.774.556,00	40.600.000,00	23,50	112.624.000,00	(63,95)	
Operações de Crédito Internas	172.774.556,00	40.600.000,00	23,50	112.624.000,00	(63,95)	
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	
Alienação de Bens	-	150.300,00				
Amortização de Empréstimos	33.000,00	1.788,00	5,42	12.474,58	(85,67)	
Transferências de Capital	70.466.000,00	1.775.879,81	2,52	22.595.987,90	(92,14)	
Transferências de Convênios	70.466.000,00	1.775.879,81	2,52	22.595.987,90	(92,14)	
Outras	-	-	-	-	-	

Fonte: GECON/CGE - SIAFEM/RO

Comparando com o mesmo período do ano anterior, observa-se uma variação negativa de 68,55% .

Vale assinalar que Receitas de Capital são representadas por transformações patrimoniais que nada acrescentam ao patrimônio público, e na prática elas espelham apenas permutas de bens em valores, no caso de venda de bens públicos ou, com mais expressividade seria a entrada de receita através de empréstimos, que posteriormente serão devolvidos com o devido pagamento da dívida.

3. DESPESAS

3.1. Despesas Totais

O Balanço Orçamentário da Despesa é composto pelas despesas correntes, despesas de capital e reserva de contingência. A previsão inicial da despesa é aquela destacada na LOA-2010 de R\$ 5.200.000.000,00 e posteriormente recebeu alimentação automática via SIAFEM, atingindo no 1º quadrimestre o montante de R\$ 5.482.858.608,90 conforme demonstrativo a seguir:



Balanco Orçamentário da Despesa						R\$ 1,00
Despesas	Dotação Atualizada 2011	Executada - Janeiro a Abril				
		2011	% Realização	2010	% Variação	
Despesas Correntes	4.346.081.141,49	1.180.071.024,87	27,15	982.224.734,91	20,14	
Pessoal e Encargos	2.067.841.903,00	646.507.209,52	31,26	544.413.444,25	18,75	
Juros e Encargos da Dívida	163.309.000,00	43.373.074,85	26,56	27.361.099,74	58,52	
Outras Despesas Correntes	2.114.930.238,49	490.190.740,50	23,18	410.450.190,92	19,43	
Transf. Const. aos Municípios	492.046.000,00	215.996.453,87	43,90	126.203.148,73	71,15	
Outras Despesas Correntes	1.622.884.238,49	274.194.286,63	16,90	284.247.042,19	(3,54)	
Despesas de Capital	961.688.467,41	64.464.025,67	6,70	68.784.844,37	(6,28)	
Investimentos	753.447.927,41	7.707.955,37	1,02	33.566.915,03	(77,04)	
Inversões Financeiras	35.680.061,00	-	-	-	-	
Amortizações Da Dívida	172.560.479,00	56.756.070,30	32,89	35.217.929,34	61,16	
Outras Despesas De Capital	-	-	-	-	-	
Reserva de Contigência	175.089.000,00	-	-	-	-	
Total das Despesas	5.482.858.608,90	1.244.535.050,54	22,70	1.051.009.579,28	18,41	

3.1.1. Despesas Correntes

Esta categoria econômica contém registro das despesas de caráter permanente e continuado da atividade governamental. No 1º quadrimestre de 2011 somaram R\$ 1.180.071.024,87, representando uma realização de 27,15% do valor fixado para o exercício.

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais totalizaram R\$ 646.507.209,52 correspondendo a 31,26% do orçamento anual.

Os Juros e Encargos da Dívida, que englobam pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas, somaram R\$ 43.373.074,85 correspondendo a 26,56% do estimado para o ano sob análise.

As Outras Despesas Correntes contemplam os gastos relativos, em sua maioria, à manutenção administrativa do Estado e às Transferências Constitucionais aos Municípios, com um total liquidado de R\$ 490.190.740,50 correspondentes a 23,18% do fixado para o ano 2011.

3.1.2. Despesas de Capital

As Despesas de Capital apresentaram uma variação negativa de 6,28%, comparados com o mesmo período do ano anterior.



Esta categoria é representada pelos Investimentos com R\$ 7.707.955,37, seguida da Amortização da Dívida, no valor de R\$ 56.756.070,30.

A despesa de capital, como se sabe, resulta no acréscimo do patrimônio do ente que a realiza, aumentando, dessa forma, sua riqueza patrimonial.

4. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

De conformidade com o demonstrativo abaixo, observa-se que as despesas foram realizadas em valores correspondentes 22,70%, em comparação com as despesas previstas nas dotações atualizadas para o exercício de 2011, ao tempo em que as receitas foram arrecadadas num montante equivalente a 32,22% do total previsto para o ano de 2011.

Quadro Comparativo das Receitas e Despesas					R\$ 1,00
Especificação	Receitas Realizadas		Despesas Realizadas		
	2011	% Realização	2011	% Realização	
Correntes	1.694.059.687,91	32,92	1.180.071.024,87	27,15	
Capital	42.527.967,81	17,48	64.464.025,67	6,70	
TOTAL	1.736.587.655,72	32,22	1.244.535.050,54	22,70	

Fonte: GECON/CGE - SIAFEM/RO

Quanto ao Resultado Orçamentário, o Estado encerrou o período sob análise com superávit corrente em R\$ 513.988.663,04, para uma Receita Corrente de R\$ 1.694.059.687,91 e uma Despesa Corrente de R\$ 1.180.071.024,87. O Superávit Corrente indica o excedente apurado no financiamento das Despesas Correntes, com sobra para cobertura de parte das Despesas de Capital. As Despesas de Capital totalizaram R\$ 64.464.025,67 para uma receita de R\$ 42.527.967,81, resultando Superávit Orçamentário no montante de R\$ 492.052.605,18.



Demonstrativo do Resultado Orçamentário R\$ 1,00

Especificações	Janeiro a Abril		
	2011	2010	Variação %
Receitas Correntes	1.694.059.687,91	1.299.770.998,04	30,34
(-) Despesas Correntes	(1.180.071.024,87)	(982.224.734,91)	20,14
Superávit Corrente	513.988.663,04	317.546.263,13	61,86
(+) Receitas de Capital	42.527.967,81	135.232.462,48	(68,55)
(-) Despesas de Capital	(64.464.025,67)	(68.784.844,37)	(6,28)
Déficit/Superávit Orçamentário	492.052.605,18	383.993.881,24	28,14

Fonte: GECON/CGE - SIAFEM/RO

5. DESPESAS DE PESSOAL E LIMITES

No cálculo das Despesas de Pessoal, as mesmas estão de conformidade com a Portaria nº 249, de 30/04/2010, da Secretaria do Tesouro Nacional, que aprova o Manual Técnico de Demonstrativos Fiscais, e em relação à Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses apresenta-se da seguinte forma:

O Poder Executivo atingiu o patamar de 39,04%, longe do limite prudencial que é de 46,55% e do limite máximo de 49% da RCL.

Enquanto isso, o Poder Legislativo, que congloba o Tribunal de Contas está na faixa de 3,11%, superando o limite prudencial de 2,85% e do limite máximo de 3%.

O Poder Judiciário registra despesa realizada com pessoal na faixa de 6,26%, acima do limite prudencial que é de 5,70% da RCL, acima do limite máximo de 6%.

O Ministério Público, tem contabilizado em seus gastos com pessoal o equivalente a 2,32%, superior ao limite prudencial de 1,90% e do limite máximo de 2%.



Despesa de Pessoal X Receita Corrente Líquida

R\$ 1,00

Últimos 12 meses (Maio de 2010 a Abril de 2011)

Poder	Realizado		Limite Prudencial	Limite Máximo
	Valor (1)	%		
Executivo	1.552.384.655,20	39,04	46,55%	49,00%
Legislativo	123.632.569,84	3,11	2,85%	3,00%
Assembléia Legislativa	74.456.181,43	1,87		
Tribunal de Contas	49.176.388,41	1,24		
Judiciário	248.801.371,09	6,26	5,70%	6,00%
Ministério Público	92.279.858,74	2,32	1,90%	2,00%
Total	2.017.098.454,87	50,81%	57,00%	60,00%

Fonte: GECON/CGE - SIAFEM/RO

(1) Não estão computadas as deduções constantes do parecer nº 56/2002 TCRO e do parecer prévio nº 107/2001 TCRO, visando dar conformidade ao disposto na portaria STN nº 249 de 30/04/2010.

RCL em 30/04/2011 = R\$3.976.875.098,44

A repartição dos limites globais do art. 19 da LRF estão sendo afetadas porque o Poder Legislativo, Poder Judiciário e Ministério Público excederam os percentuais máximos, o que compromete o art. 20 desse mesmo diploma legal. Mas de qualquer forma, o percentual de despesas com pessoal efetivamente realizado no período, estagnou a faixa de 50,81% da RCL, com bastante folga até atingir o limite máximo de 60% previsto da lei de responsabilidade fiscal.

6. DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Segundo o regramento previsto no art. 22 da Lei Federal nº 11.394, de 20.06.2007, o mínimo de 60% dos recursos do FUNDEB deve ser utilizado na remuneração dos profissionais do Magistério (professores no exercício da docência e técnicos das áreas de administração ou direção escolar, supervisão, orientação educacional, planejamento e inspeção escolar) em efetivo exercício no ensino fundamental público, e o restante (máximo de 40%) em outras ações de manutenção e desenvolvimento desse nível de ensino.

As despesas liquidadas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino totalizaram, até o 1º quadrimestre de 2011, o montante de R\$ 238.256.025,82 correspondendo a 19,50% da Receita Líquida sobre Impostos e Transferências. Verifica-se, portanto, que o Estado de Rondônia, pelo enfoque metodológico da STN aplicou o percentual abaixo do estabelecido no Art. 212 da Constituição Federal, conforme demonstrado a seguir:



Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Descrição	Realizado - Janeiro a Abril	
	2011	2010
Receita Líquida de Impostos	1.221.948.044,21	925.273.589,69
Total da Despesa considerada para fins de Limite Constitucional	238.256.025,82	207.662.000,71
% Aplicado na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	19,50	22,44

Fonte: GECON/CGE - SIAFEM/RO

7. DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE

No 1º Quadrimestre de 2011, os gastos com saúde atingiram o montante de R\$ 105.352.518,32, o que corresponde a 8,62% da Receita Líquida sobre Impostos e Transferências, portanto acima do limite estabelecido na Emenda Constitucional nº 29, de 13.09.2000, ou seja, dos 12% (doze por cento) do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, inciso I, alínea a, e inciso II, previstas na CF deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios.

Despesas Próprias com Saúde			R\$ 1,00
Descrição	Realizado - Janeiro a Abril		Limite Constitucional
	2011	2010	
Total da Receita Vinculada a Saúde	1.221.817.666,71	966.959.856,46	
Total da Despesa Próprias com Saúde	105.352.518,32	119.418.890,68	
% Aplicado nas Despesas Próprias com Saúde	8,62	12,35	12%

Fonte: GECON/CGE - SIAFEM/RO

8. RESTOS A PAGAR

Ao final do 1º quadrimestre a conta contábil Restos a Pagar totalizou R\$ 178.197.452,11, de valores pagos dos quais R\$ 157.696.746,19 foram pelo Poder Executivo e R\$ 20.500.705,92 pelo Poder Legislativo, Poder Judiciário, Ministério Público.

Vejamos o quadro abaixo que sintetiza operações de Restos a Pagar 2011:



Demonstrativo dos Restos a Pagar 2011					R\$ 1,00
Descrição	PROCESSADOS				
	Inscrito	Cancelados	Pagos	A Pagar	
Total	114.184.971,09	1.394.358,72	82.781.560,77	30.009.051,60	
Poder Executivo	109.435.612,78	1.377.533,15	78.213.779,95	29.844.299,68	
Administração Direta	98.273.910,74	1.063.771,26	68.073.153,63	29.136.985,85	
Administração Indireta	11.125.238,05	313.761,89	10.117.368,03	694.108,13	
Defensoria Pública	36.463,99	-	23.258,29	13.205,70	
Poder Judiciário	1.716.937,87	13.876,02	1.681.061,53	22.000,32	
Poder Legislativo	1.462.081,52	144,75	1.452.663,68	9.273,09	
Ministério Público	1.570.338,92	2.804,80	1.434.055,61	133.478,51	
NÃO PROCESSADOS					
Total	251.601.407,62	32.551.373,38	95.415.891,34	123.634.142,90	
Poder Executivo	212.448.030,19	31.817.867,84	79.482.966,24	101.147.196,11	
Administração Direta	155.611.335,18	28.494.643,03	71.067.689,04	56.049.003,11	
Administração Indireta	55.196.486,94	3.323.224,81	7.291.293,87	44.581.968,26	
Defensoria Pública	1.640.208,07	-	1.123.983,33	516.224,74	
Poder Judiciário	27.657.873,34	374.206,76	9.399.208,51	17.884.458,07	
Poder Legislativo	7.812.431,23	339.431,99	4.777.162,02	2.695.837,22	
Ministério Público	3.683.072,86	19.866,79	1.756.554,57	1.906.651,50	
TOTAL	365.786.378,71	33.945.732,10	178.197.452,11	153.643.194,50	

Fonte: GECON/CGE - SIAFEM/RO

9. RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário tem por finalidade demonstrar a capacidade do Estado de honrar o pagamento do serviço de sua dívida. Através dele, demonstra-se o grau de autonomia do Estado para, utilizando suas receitas próprias e transferências constitucionais e legais, honrar os pagamentos das suas despesas correntes (inclusive as de pessoal e transferências a municípios), das suas despesas de capital (aí incluídos os investimentos) e ainda gerar poupança para atender o serviço da dívida.

Nessa avaliação, são consideradas apenas as receitas e despesas fiscais, que não incluem receitas de operações de crédito e de alienação de bens, e as despesas com o pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida. Qual seja, por orientação metodológica, o Resultado Primário é obtido sem a consideração do impacto da dívida, bem como das aplicações financeiras e operações de crédito incorridas.

O Resultado Primário verificado no 1º quadrimestre de 2011 foi positivo em R\$ 269.170.452,33, superando a meta prevista de R\$ 49.720.144,00, negativo.



Demonstrativo do Resultado Primário				R\$ 1,00
Descrição	Previsão Atualizada 2011	Realizado Janeiro a Abril		
		2011	2010	
1 - Receitas Fiscais Correntes	5.065.571.378,44	1.663.401.885,53	1.277.285.284,06	
2 - Receitas Fiscais de Capital	70.466.000,00	1.775.879,81	22.595.987,90	
3 - Receitas Fiscais (1 + 2)	5.136.037.378,44	1.665.177.765,34	1.299.881.271,96	
4 - Despesas Fiscais Correntes	4.182.772.141,49	1.241.194.307,38	954.863.635,17	
5 - Despesas Fiscais de Capital	786.803.988,41	154.813.005,63	33.566.915,03	
6 - Despesas Fiscais (4 + 5)	4.969.576.129,90	1.396.007.313,01	988.430.550,20	
Resultado Primário (3 - 6)	166.461.248,54	269.170.452,33	311.450.721,76	
8 - Saldo de Exercícios Anteriores		92.996.354,46	130.781.031,73	
Meta do Resultado Primário para o ano de 2011 =(49.720.144,00)				
Fonte: GECON/CGE - SIAFEM/RO				

Na previsão atualizada da despesa não consta Reserva de Contingência

10. RESULTADO NOMINAL

Quanto ao Resultado Nominal, que evidencia a variação da Dívida Fiscal Líquida entre dois períodos o mesmo sugere o montante negativo de R\$ 245.758.425,74, superando a meta prevista de R\$ 73.410.444,00, positivo, conforme previsto na LDO-2010, ou seja, na Lei Estadual nº 2.339, de 21.07.2010 e alterações.

Demonstrativo do Resultado Nominal				R\$ 1,00
Especificação	Saldo		Resultado Nominal 1º Quadr.2011 (A-B)	
	30/4/2011 (A)	31/12/2010 (B)		
I - Dívida Consolidada (1)	2.604.079.321,28	2.464.079.151,13		
(-) Ativo Disponível	(751.334.337,52)	(454.769.626,14)		
(-) Haveres Financeiros	(67.689.562,62)	(62.530.449,63)		
(+) Restos a Pagar	29.995.502,21	114.030.273,73		
II - Dívida Consolidada Líquida	1.815.050.923,35	2.060.809.349,09		
III - Receita de Privatizações	-	-		
IV - Passivos Reconhecidos				
V - DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (II + III+IV)	1.815.050.923,35	2.060.809.349,09	(245.758.425,74)	
REFERÊNCIA			73.410.444,00	

Fonte: GECON/CGE - SIAFEM/RO

Nota: Não foram considerados para efeito de apuração da Dívida Consolidada Líquida os valores referentes ao IPERON, de acordo com a Portaria nº 470/2004 da STN.

11. DÍVIDA PÚBLICA



Ao final do 1º quadrimestre de 2011 a dívida consolidada apresentou saldo de R\$ 2.604.079.321,28 sendo R\$ 2.146.203.230,16 originários da dívida interna, R\$ 14.251.125,00 da dívida externa e R\$ 443.624.966,12 de outras dívidas (precatórios).

Comparando-se este saldo com aquele obtido em 2010, verificamos que houve um acréscimo na ordem de 7,68%, conforme demonstrativo:

Dívida Consolidada				R\$ 1,00
Tipo	1º Quadrimestre		Variação %	
	2011	2010		
Interna	2.146.203.230,16	2.075.345.206,25	3,41	
Externa	14.251.125,00	23.375.625,00	(39,03)	
Outras (Precatórios post. a 05/05/2000)	443.624.966,12	319.689.372,88	38,77	
Total	2.604.079.321,28	2.418.410.204,13	7,68	

Fonte: GECON/CGE - SIAFEM/RO

Em relação à Receita Corrente Líquida – RCL, cujo comprometimento em relação à Dívida Consolidada Líquida não deve ultrapassar o limite de 2,0 (art. 3º. Inciso I, Resolução nº 40 do Senado Federal), observa-se que, no 1º quadrimestre de 2011 atingimos 0,46, bem inferior ao resultado obtido ao final de 2010. Portanto, estamos cumprindo plenamente os princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme quadro a seguir:

Dívida Consolidada Líquida / RCL				R\$ 1,00
Tipo	DCL	RCL	DCL/RCL	
Exercício de 2010	2.060.809.349,09	3.715.154.433,38	0,55	
Em Abril de 2011	1.815.050.923,35	3.976.875.098,44	0,46	

Fonte: GECON/CGE - SIAFEM/RO
Limite da Dívida Consolidada Líquida = 2 x RCL

Nota: Não foram considerados para efeito de apuração da Dívida Consolidada Líquida os valores referentes ao IPERON, de acordo com a Portaria nº 470/2004 da STN.

12. CONCLUSÃO

Ao final do 1º quadrimestre de 2011, o Estado registrou Superávit Primário de expressão significativa no valor de R\$ 269.170.452,33, ou seja, os gastos foram menores que a receita revertendo a situação prevista na LDO-2010 que acenava um valor negativo de R\$



49.720.144,00. O resultado nominal também superou a meta prevista no valor negativo R\$ 245.758.425,74.

Metas da LDO			R\$ 1,00
Descrição	Valor Realizado	Metas da LDO	
Resultado Primário	269.170.452,33	(49.720.144,00)	
Resultado Nominal	(245.758.425,74)	73.410.444,00	

Fonte: GECON/CGE - SIAFEM/RO

Enquanto isso, a relação da Dívida Consolidada Líquida com Receita Corrente Líquida encerrou o primeiro quadrimestre de 2011 em 0,46% bem abaixo do 2,0 limitados por lei.

Limites Constitucionais e Legais				R\$ 1,00
Descrição	Limite Realizado	Limite Prudencial	Limite Máximo	
Despesa com Pessoal	50,81%	57,00	60,00	
Dívida	0,46	1,80	2,00	
Garantias de Valores	-	0,00	22,00	
Op. de Crédito Internas e Externas	-	0,00	16,00	
Op. de Crédito por Antecipação de Receita	-	0,00	7,00	

Descrição	Limite Realizado	Limite Mínimo	
Educação	19,50	25,00	
Saúde	8,62	12,00	

Fonte: GECON/CGE - SIAFEM/RO

Quanto às despesas com pessoal, dívida pública, atendem aos limites estabelecidos, por lei.

Adotando-se a metodologia da STN, o percentual sinalizador para fins de meta relacionadas à Educação e Saúde, previstos da CF, está abaixo do limite mínimo exigido. Vale ressaltar, que esse cumprimento de metas é anual. Possibilitando ligeiras variações para mais ou menos, dependendo das evoluções das receitas de impostos e das despesas.

Porto Velho, 16 de maio de 2011.